

Projeto Brasil e África: efeitos da cooperação brasileira para a igualdade de gênero em Moçambique

Brazil and Africa Project: effects of Brazilian cooperation on gender equality
in Mozambique

Proyecto Brasil y África: efectos de la cooperación brasileña sobre la igualdad
de género en Mozambique

Ana Luiza Moreira Mineiro Drummond¹

Resumo

Entre 2015 e 2017, os governos de Brasil e Moçambique, apoiados pela ONU Mulheres, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), desenvolveram um projeto de cooperação que visou, principalmente, promover a igualdade de gênero, o empoderamento econômico feminino e o enfrentamento da violência contra as mulheres nos dois países. Com o propósito de compreender as consequências desse projeto para o desenvolvimento social em Moçambique, esse artigo analisou o alcance e o conteúdo dos programas para a promoção da igualdade de gênero e avaliou os principais resultados com base nos indicadores desenvolvidos pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). A partir da análise, conclui-se que o Projeto Brasil e África foi bem-sucedido em seus objetivos principais e que a cooperação Brasil e Moçambique pode-se consolidar como um importante instrumento para construir respostas multifacetadas e sustentáveis à problemas comuns.

279

Palavras-chave: Brasil, Moçambique, Cooperação, Gênero

Abstract

Between 2015 and 2017, the governments of Brazil and Mozambique, supported by UN Women, the United Nations Development Program (UNDP) and the United Nations Population Fund (UNFPA), developed a cooperation project aimed at promoting gender equality, women's economic empowerment and addressing violence against women in both countries. In order to understand the consequences

Recibido: 30 de septiembre de 2020 ~ Aceptado: 12 de diciembre de 2020 ~ Publicado: 1 de enero de 2021

¹ Estudiante de maestría en Relaciones Internacionales. Pontificia Universidad Católica de Minas Gerais (PUC-MG), Belo Horizonte, Brasil. Correo electrónico: analuizamdrummond@gmail.com



of this project for social development in Mozambique, this paper analyzed the scope and content of the programs for the promotion of gender equality, and evaluated the main results based on indicators developed by the Brazilian Cooperation Agency (ABC). From the analysis, it was possible to conclude that Project “Brazil and Africa” was successful in reaching its main objectives and that cooperation between Brazil and Mozambique can be consolidated as an important tool to build multifaceted and sustainable responses to common problems.

Keywords: Brazil, Mozambique, Cooperation, Gender

Resumen

Entre 2015 y 2017, los gobiernos de Brasil y Mozambique apoyados por ONU Mujeres, el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) y el Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA), desarrollaron un proyecto de cooperación orientado a promover la igualdad de género, el empoderamiento económico de las mujeres y a abordar la violencia contra la mujer en ambos países. Con el fin de comprender las consecuencias de este proyecto para el desarrollo social en Mozambique, este artículo analizó el alcance y contenido de los programas para la promoción de la igualdad de género y evaluó los principales resultados a partir de indicadores establecidos por la Agencia Brasileña de Cooperación (ABC). Del análisis se pudo concluir que el Proyecto “Brasil y África” logró alcanzar sus principales objetivos y que la cooperación entre Brasil y Mozambique puede consolidarse como una herramienta importante para construir respuestas multifacéticas y sostenibles a problemas comunes.

280

Palabras clave: Brasil, Mozambique, Cooperación, Género

Introdução

Nas últimas décadas e, especialmente, desde o primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, as relações do Brasil com países em desenvolvimento se intensificaram em diversos âmbitos, redirecionando a diplomacia brasileira para o Sul Global. Essa nova estratégia de política externa, denominada pela academia como Cooperação Sul-Sul (CSS), enfatiza a criação e o fortalecimento de vínculos políticos, econômicos e culturais entre países do hemisfério sul como formas de apoio ao desenvolvimento em um sistema internacional marcado pela desigualdade centro-periferia (Muñoz, 2016). Nesse momento de ascensão do Sul, múltiplos países africanos entraram no radar dos *policy makers* nacionais como relevantes

parceiros comerciais, aproximando e aprofundando, assim, o eixo de cooperação Brasil-África (Bambo, 2014).

Sabe-se, contudo, que essa relação do Brasil com o continente africano não é um evento exclusivo da contemporaneidade, tendo as suas bases originárias na década de 1960, graças ao governo de Jânio Quadros. Nesse período, o então presidente brasileiro traçou as diretrizes da Política Externa Independente (PEI) que, por sua vez, fomentou a política africana do Brasil, marcando o início do que seria um laço oscilante, mas duradouro (Leite y Sousa, 2015). Apenas a partir do século XXI, com o Partido dos Trabalhadores na cadeira máxima do país, a dinâmica de cooperação com a África ganhou solidez, confirmada pelo aumento de missões diplomáticas, de intercâmbios comerciais e financeiros e da troca de boas práticas em áreas como agricultura, educação e saúde (Bambo, 2014).

Impulsionado por esse cenário e pelo aniversário de 20 anos da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim², documento marco para a história dos direitos das mulheres, os governos do Brasil e de Moçambique se envolveram, em 2015, no “Projeto Brasil e África: lutar contra a pobreza e empoderar as mulheres via Cooperação Sul-Sul”, iniciativa que apresenta como objetivo a promoção da igualdade de gênero e a superação da pobreza em ambos os países (ONU Mulheres e UNFPA, 2017). Nesses termos, foram analisados os instrumentos legais, as políticas públicas e os programas voltados aos estudos de gênero e de empoderamento feminino realizados no Brasil nos últimos 20 anos, a fim de estimular e facilitar a troca de experiências com o governo moçambicano.

À vista disso, o objetivo do presente artigo é, essencialmente, analisar os resultados e os efeitos oriundos desse projeto de cooperação para Moçambique. Para tal, estudar-se-á o conteúdo dos programas de igualdade de gênero e de empoderamento desenvolvidos e apreciar-se-á as consequências desta cooperação para o desenvolvimento social do país. Esse artigo assume, portanto, um caráter exploratório, uma vez que identifica os princípios diretivos dominantes da cooperação brasileira para, assim, orientar uma agenda de pesquisa a longo prazo que examine a relevância desse tipo de aliança para os direitos humanos na África.

A metodologia adotada no desenvolvimento deste trabalho sustenta-se na abordagem qualitativo-indutiva, com base em uma coleta de dados primários obtidos por meio de pesquisa bibliográfica e documental relacionada ao tema em questão, realizada a partir do levantamento de referências teóricas publicadas por meios escritos e eletrônicos. Ademais, esse artigo está fundamentado no conceito de

² A Declaração e Plataforma de Ação de Pequim foi estabelecida em 1995, em Pequim, na China, onde realizou-se a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres. O documento foi desenvolvido com o objetivo de alcançar a igualdade entre gêneros e promover o empoderamento feminino (ONU Mulheres 1995).

Cooperação Sul-Sul, uma das principais formulações dos estudos de economia internacional, que se refere a um amplo espectro de colaborações entre países em desenvolvimento. A CSS compreende três dimensões inter-relacionadas, a dimensão política, técnica e econômica, e é regida pelos preceitos de respeito à soberania nacional e de ajuda e benefício mútuo (Morales, 2019).

O trabalho está estruturado em quatro partes. Na primeira seção, serão apresentados os conceitos e marcos histórico centrais da Cooperação Sul-Sul no Brasil, com ênfase nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Em seguida, será apresentado o contexto no qual o projeto Brasil-África foi elaborado e em quais problemas buscou incidir; os objetivos, diretrizes e planos de ação formulados para atender as demandas dos governos; e as estratégias e metodologias definidas para a sua implementação. Na terceira parte, serão identificados os principais resultados alcançados e esses serão avaliados com base nos indicadores de sucesso desenvolvidos pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em seu Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul. Por fim, seguem-se as considerações finais sobre os efeitos da cooperação brasileira no cenário social e político africano, confirmando a argumentação de importância da Cooperação Sul-Sul e do protagonismo do Brasil para a promoção dos direitos humanos na África.

282

A cooperação Sul-Sul no Brasil e os seus marcos nos governos de Lula e Dilma

No íterim da Segunda Guerra Mundial, novos modelos de cooperação internacional voltados ao crescimento socioeconômico estruturado e baseados em relações mais equânimes no sistema foram projetados por diversos países em desenvolvimento e/ou subdesenvolvidos. Nesse sentido, a Cooperação Sul-Sul (CSS), ou cooperação técnica entre países em desenvolvimento, surge como alternativa à dinâmica assimétrica e unidirecional da Cooperação Norte-Sul (CNS) que imperava até então, principiando o compartilhamento horizontal de capacidades especializadas e de experiências exitosas entre países de economias similares (Maciel, 2010; Santos e Cerqueira, 2015). Desse modo, orientada por princípios de igualdade, consenso, interdependência e reciprocidade, essa agenda consolidou-se como forte instrumento de desenvolvimento e modernização para nações parceiras do “sul” global, e renovou a premissa de uma geopolítica arquitetada fora das prioridades do Ocidente e do Hemisfério Norte (Milani e Carvalho, 2013).

A relevância do Brasil nessa prática é notória. Ao fazer da diplomacia solidária um grande objeto da sua política externa, o país colocou à disposição de outros países em desenvolvimento um conjunto de conhecimentos específicos de

instituições técnicas nacionais para, assim, colaborar na promoção do progresso econômico e social de outros povos (Milani e Carvalho, 2013). Traços dessa política podem ser identificados desde os esforços do Barão do Rio Branco à frente das relações exteriores brasileiras, mas avanços mais categóricos nessas ações cooperativas foram registrados a partir da década de 1990, momento em que a aproximação estratégica entre tais países ganhou maior visibilidade e passou a ser utilizado pelo governo brasileiro como contundente ferramenta diplomática no processo de redemocratização (Maciel, 2010; Milani e Carvalho, 2013). No entanto, foi sobretudo a partir de 2003, com o início do governo Lula, que a CSS de fato alcançou status prioritário nas atividades externas do país.

Destarte, em nítido sentido tático-estratégico imbuído de uma visão de longo alcance, a política de Luis Inácio Lula da Silva foi orientada pela lógica de autonomia pela diversificação, marcada pela adesão do país aos princípios internacionais por meio da cooperação Sul-Sul e de alianças com parceiros não tradicionais visando minimizar as assimetrias com os países do Norte e consolidar a capacidade negociadora nacional (Vigevani e Cepaluni, 2007). Essa nova inclinação buscava, portanto, atenuar o unilateralismo dos Estados Unidos, robustecer as relações bilaterais e multilaterais, estruturar maior diálogo com as pequenas e médias potências, diversificar as áreas de intercâmbio político e econômico e evitar acordos que pudessem ser nocivos ao desenvolvimento do país. Em outras palavras, pretendia suplantar a passividade que predominava até então para ampliar seu poder e influência internacional (Prates *et al.*, 2016; Vigevani e Cepaluni, 2007).

Em termos práticos, a reconstrução do MERCOSUL e a integração com a América Latina ocupavam centralidade na agenda, justificados pela intenção de livrar a região de influências externas imperialistas e de criar um polo regional facilitador das metas do multilateralismo e da globalização. Não obstante, o país procurou ocupar espaços desocupados fora do hemisfério, estreitando relações com potências emergentes como a China, Índia, Rússia e África do Sul, entre as quais se destacam a consolidação dos BRICS e criação do IBAS, além de fortalecer a solidariedade com a África em um movimento que associou princípios éticos com interesse nacional (Prates *et al.*, 2016; Vizentini, 2005). Conformemente, o governo de Dilma Rousseff manteve o modelo de ação política que já vinha sendo conduzido pelo governo anterior e, por conseguinte, seguiu conferindo caráter prioritário às agendas da soberania de países emergentes, da preferência por um sistema internacional pluralista e, por fim, da valorização de parcerias com países africanos e latino-americanos, que se tornaram imprescindíveis para a obtenção de objetivos brasileiros (Saraiva, 2014).

Logo, ambos governantes se aproximaram da compreensão de que a política externa é um instrumento para o desenvolvimento econômico e para a manutenção da autonomia do país, e apresentaram uma postura mais assertiva em relação à busca de alianças no Sul Global. Essa renovação, operacionalizada acertadamente por instituições técnicas diversas, deu ares mais maduros às relações internacionais do Brasil e sustentou uma série de projetos multidisciplinares destinados a construir respostas multifacetadas e sustentáveis a problemas comuns, como a desigualdade de gênero.

Projeto Brasil e África: contexto, objetivos e estratégias

A história de Moçambique é, particularmente, marcada por movimentos de resistência liderados por mulheres que desempenharam valoroso papel na luta pela independência nacional e pela emancipação política feminina. Em virtude dessa ativa participação, as mulheres conquistaram importantes cargos no alto escalão dos governos do país, elevando Moçambique à 18ª posição³ no ranking de participação de mulheres nas casas legislativas de 193 países, elaborado pela União Interparlamentar (UIP). Tal realidade, apesar de ainda estar longe de eliminar todas as desigualdades de gênero do país, resultou no estabelecimento de um conjunto de políticas públicas referentes à essa temática (ONU Mulheres e UNFPA, 2017).

Em surpreendente contraste, o Brasil ocupa, nesse mesmo ranking, o 132º lugar, com apenas 15% de presença feminina no Congresso e no Senado. Apesar disso, também é possível identificar alguns avanços recentes no campo da igualdade de gênero no país, como a implementação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e a criação de planos de enfrentamento à violência contra a mulher. Dessa forma, ambos os países têm desenvolvido programas voltados às necessidades específicas desse grupo, colocando-os em sintonia com as premissas bases da Agenda 2030 (ONU Mulheres e UNFPA, 2017).

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é um plano de ação, delineado pelos representantes de todos os Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, que visa fortalecer a paz universal, erradicar a pobreza e promover a prosperidade e o bem-estar comum para todos. Batizada pelo atual Secretário Geral da Organização, António Guterres, como “Declaração Global de Interdependência”, o documento se traduz em 17 objetivos e 169 metas que buscam, primordialmente, efetivar os direitos humanos universais e conquistar a igualdade de gênero (Nações Unidas, 2015).

³ União Interparlamentar 2019.

Para o presente artigo interessa destacar o objetivo cinco do plano, que determina o propósito de “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” por meio da eliminação de todas as formas de discriminação, violência e práticas nocivas contra mulheres; da participação plena e efetiva das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão; da igualdade de oportunidades; do acesso absoluto à serviços públicos de proteção social e de saúde, assim como à serviços financeiros e à recursos naturais e econômicos; e do fortalecimento de políticas sólidas para a promoção da igualdade de gênero e do empoderamento feminino em todas as esferas (Nações Unidas, 2015).

O objetivo 17 também é relevante para a pesquisa aqui proposta, vez que, ao recomendar o fortalecimento dos meios de implementação e a revitalização da parceria global para o desenvolvimento sustentável, convida os atores internacionais a unirem esforços para oportunizar iniciativas que favoreçam tais metas universais, contemplando soluções inovadoras para os problemas coletivos (Nações Unidas 2015). Nesses termos, o Projeto Brasil-África articulou-se como uma cooperação trilateral estratégica orientada pelos valores e diretrizes da Agenda 2030 e, assim, buscou promover diálogos horizontais entre os envolvidos para lograr progressos no âmbito da igualdade de gênero.

Essa cooperação trilateral, formada pelos governos de Brasil e Moçambique aliados às entidades das Nações Unidas e a um parceiro doador do Norte Global, o Reino Unido, se organizou, portanto, de modo a concretizar avanços nas áreas de violência de gênero e de empoderamento econômico feminino. Tais prioridades foram exclusivamente reconhecidas pelos dois países que dão nome ao projeto, respeitando, assim, o princípio da CSS de desenrolar-se com o protagonismo das nações em desenvolvimento (ONU Mulheres e UNFPA, 2017).

De acordo com a Agência Brasileira de Cooperação, o modelo ideal de cooperação técnica promove o desenvolvimento de capacidades por meio do “intercâmbio horizontal de conhecimentos e experiências originados nos países em desenvolvimento cooperantes” (ABC, 2013, p. 14). Para tal, é necessário identificar, estimular e aumentar os conhecimentos e competências do país parceiro, de modo a garantir a sua autonomia e expertise na definição e implementação de respostas adequadas e pertinentes aos seus problemas, e a sua participação em todo o processo de tomada de decisões (ONU Mulheres e UNFPA, 2017).

Nesse processo, o Ministério de Gênero, Criança e Ação Social do governo moçambicano foi responsável pela elaboração das políticas de gênero e pela coordenação do seu modelo de implementação, assim como pela preparação das missões brasileiras no país, organizando as equipes técnicas em cada instituição. O UNFPA e a ONU Mulheres forneceram, por sua vez, uma estrutura logística-

operacional que garantiu apoio técnico e a supervisão de todas as atividades e práticas do projeto. O governo do Reino Unido, por fim, brindou o auxílio financeiro necessário para a viabilização dos planos e programas propostos (ONU Mulheres e UNFPA, 2017).

Os principais objetivos delineados por Brasil e Moçambique para o projeto foram, portanto: 1) fortalecer as capacidades institucionais e preparar as autoridades de Moçambique para responderem à violência de gênero de modo integrado; 2) apoiar os movimentos liderados por mulheres em reação à temática de violência de gênero e empoderamento econômico feminino; e 3) aperfeiçoar as competências organizacionais das instituições moçambicanas para que fossem capazes de formular e implementar políticas públicas adequadas para a promoção da autonomia das mulheres e da igualdade de gênero (ONU Mulheres e UNFPA, 2017).

Não obstante, para facilitar os planos de ação estratégicos a serem executados, algumas metas específicas foram estipuladas para cada objetivo supracitado. Em relação ao objetivo um, o projeto dispôs ser necessário: a) registrar as boas práticas brasileiras utilizadas para enfrentar a violência contra as mulheres; b) melhorar e integrar os serviços públicos moçambicanos de atenção a adolescentes e mulheres em situação de risco; e c) promover a integração interdisciplinar da saúde e criar e intensificar os vínculos solidários entre as famílias e a comunidade, construindo um olhar geracional no atendimento às mulheres (ONU Mulheres e UNFPA, 2017).

Para a efetivação do objetivo dois, determinou-se importante estimular a articulação de mulheres rurais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Por fim, à vista da concretização do objetivo três, estabeleceu-se como imprescindível: a) o intercâmbio de boas práticas entre os dois países para a promoção do empoderamento econômico das mulheres; b) a produção e a coleta de dados para a realização de estudos sobre a situação socioeconômica feminina; c) a manipulação adequada de informações e evidências para auxiliar o planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas; e d) a divulgação dos resultados do projeto a níveis bilateral, regional e global (ONU Mulheres e UNFPA, 2017).

A partir de todos os objetivos descritos e do marco operativo da Cooperação Sul-Sul, os atores aliados nessa iniciativa, inspirados pelas trocas de experiências e pelos diálogos realizados, desenvolveram um plano de ação abrangente e inclusivo, pautado por atividades de diferentes naturezas. Tal plano foi dividido em quatro categorias, sendo elas: registro e divulgação de políticas e boas práticas, seminários e oficinas, instrumentos e insumos técnicos e missões de prospecção.

No que concerne ao primeiro setor, o projeto favoreceu o compartilhamento de informações entre os governos de Brasil e Moçambique e seus demais parceiros,

possibilitando a sistematização de políticas, práticas e arranjos institucionais relacionados à temática de igualdade de gênero. Nesses termos, foram analisadas políticas públicas sobre o enfrentamento da violência contra as mulheres e sobre o empoderamento feminino, a fim de traçar caminhos de transformação econômica e social para o grupo em ambos os países (ONU Mulheres e UNFPA, 2017).

A segunda estratégia, nomeada “Seminários e Oficinas”, foi pensada com o propósito de construir espaços de treinamento, sensibilização e conversas para capacitar, instruir e qualificar a sociedade civil, profissionais de diversas áreas do conhecimento e autoridades governamentais em relação ao direito das mulheres. Nessa atividade foram formadas seis oficinas sobre igualdade de gênero para funcionários do governo; uma oficina de análise sobre a situação da mulher rural na CPLP; duas oficinas de treinamento para profissionais de saúde, assistência social, segurança pública e justiça; um painel de alto nível na 60ª sessão da Comissão da Condição da Mulher das Nações Unidas (CSW60); um fórum municipal em Maputo sobre gênero, cultura, segurança urbana e políticas para mulheres; cinco mesas redondas em Moçambique pelo fim da violência contra as mulheres; um seminário internacional sobre os direitos das mulheres; e um seminário de encerramento com todos os atores envolvidos no projeto e com outras parcerias inovadoras em proteção social, segurança alimentar e nutricional e gênero (ONU Mulheres e UNFPA, 2017).

A terceira parte do plano, por sua vez, centrou-se em produzir instrumentos e insumos técnicos para reforçar a efetivação dos direitos das mulheres em marcos nacionais e internacionais. Para isso, foram realizados: um guia de treinamento para profissionais que trabalham com vítimas de violência de gênero no Brasil e em Moçambique; a delimitação de indicadores para acompanhar e fiscalizar o cumprimento e observância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), da Plataforma de Pequim, e outros⁴; um relatório sobre a V Conferência sobre Mulheres e Gênero em Moçambique; avanços na elaboração do Plano Nacional para o Avanço da Mulher, em Moçambique; contribuições à formulação do Plano de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança, em Moçambique; apoios à criação do Centro para o Empoderamento das Mulheres, em Moçambique; um modelo de diagnóstico situacional e participativo em gênero, em Moçambique; um Plano de Comunicação para uma campanha sobre a violência contra mulheres e adolescentes, em Moçambique; anúncios televisivos sobre os direitos das mulheres, em Moçambique; e a documentação de boas práticas, conhecimentos adquiridos e

⁴ Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), PNAM, PNPCVCM e National HIV and AIDS Strategic Plan (PEN IV).

aprendizados decorrentes do Projeto de Cooperação em questão (ONU Mulheres e UNFPA, 2017).

Finalmente, as missões de prospecção promoveram uma maior proximidade dos governos parceiros e, conseqüentemente, um melhor entendimento mútuo sobre o contexto, as demandas e as necessidades de cada um. Assim, as duas missões do governo de Moçambique à Brasília permitiram às autoridades aprofundarem o seu conhecimento sobre as políticas brasileiras, e a missão do Governo brasileiro à Maputo viabilizou a identificação das prioridades moçambicanas em relação ao tema de gênero, proporcionou a realização de um curso sobre violência de gênero e de um seminário sobre empoderamento econômico. Em suma, favoreceram a criação de um plano de trabalho coerente e adequado à realidade dos dois países (ONU Mulheres e UNFPA, 2017).

Projeto de cooperação Brasil e África para a igualdade de gênero: resultados alcançados

Nos debates acadêmicos sobre a Cooperação Sul-Sul, uma das críticas mais frequentes à sua operacionalização concerne à falta de mecanismos de monitoramento comuns que permitam uma avaliação tangível dos resultados. Nesse sentido, argumenta-se que não há um consenso por parte dos países do Sul para definir, exatamente, quais parâmetros, critérios e indicadores deveriam ser considerados para registrar e medir os impactos reais da cooperação, o que poderia comprometer a credibilidade da CSS (Morales, 2019).

À vista disso, os resultados descritos a seguir foram compreendidos como contribuições preliminares e parciais, e foram interpretados em um cenário amplo, à luz da associação entre os governos, as organizações internacionais e a sociedade civil. Essa relação de conseqüências foi preparada, sistematizada e divulgada pela ONU Mulheres, pela UNFPA e pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC), instituições parceiras do projeto e referências base deste artigo.

A primeira categoria de resultados do Projeto Brasil e África diz respeito ao aumento e a melhoria do compartilhamento de informações e de conhecimentos relativos à proteção social e à questões de gênero para a formulação e implementação de políticas e programas de desenvolvimento social no Brasil e em Moçambique. Essa categoria divide-se em oito resultados, sendo o primeiro deles referente à compilação de aprendizados da Comunidade Online de Proteção Social Brasil-África. Para tal, duas comunidades online foram criadas e, dentro delas, os participantes envolveram-se em discussões sobre diversos assuntos.

A primeira comunidade, intitulada “Proteção Social Brasil-África”, incentivou os seus membros a criarem conteúdos sobre o tema e, em seguida, a compartilharem suas opiniões e experiências. A segunda comunidade, por sua vez, foi denominada “Cooperação Sul-Sul em Proteção Social e Segurança Alimentar” e serviu para demonstrar o impacto das trocas de aprendizados e informações nas áreas de proteção social e segurança alimentar e nutricional, e para promover um melhor entendimento sobre as demandas e expectativas dos *policy makers* (IPC, 2017c).

Além disso, a Comunidade de Prática sobre Renda e Transferências Condicionadas de Renda (CoP) da África deu suporte à realização de reuniões virtuais e presenciais com seus grupos anglófonos e francófonos em diversos países do continente, que debateram sobre os sistemas de proteção social sensíveis ao gênero no Brasil e na África, sobre o papel dos programas de transferência de renda no desenvolvimento de sistemas de proteção social, sobre a construção de sistemas de proteção social sustentáveis e inclusivos, entre outros (IPC, 2017c). Por fim, foram lançadas três publicações sobre as dinâmicas de intercâmbio de informação entre o Brasil e a África: “Compartilhamento de conhecimentos entre o Brasil e a África sobre a proteção social e a segurança alimentar e nutricional”, “Troca de conhecimentos Brasil-África: O que dizem os decisores políticos da África?” e “Segurança alimentar e nutricional: para a plena realização dos direitos humanos” (IPC, 2017a, pp. 20-22).

O segundo resultado refere-se aos conhecimentos adquiridos sobre os programas brasileiros de proteção social por meio de coleta de dados e produção de pesquisas. Nesse sentido, foram publicados três relatórios: “O efeito do acompanhamento das condicionalidades em indicadores educacionais: evidências do Programa Bolsa Família”, “O Cadastro Único como instrumento de articulação de políticas sociais” e “Impacto do Programa Mais Educação em indicadores educacionais” (IPC, 2017a, pp. 27-30).

Em consequente, executou-se o mapeamento de políticas africanas inspirados pelas experiências brasileiras de proteção social. Para medir a influência dessa troca de conhecimentos, os programas moçambicanos foram analisados à luz das experiências brasileiras e, a partir disso, vários pontos de convergência foram identificados, como demonstra a publicação “Proteção social na África: inventário de programas não contributivos⁵” e a pesquisa “Compartilhamento de

⁵ Texto original: “Social protection in Africa: inventory of non-contributory programmes” (IPC, 2017a, p. 34).

conhecimento Brasil-África em proteção social e segurança alimentar⁶” (IPC, 2017a, pp. 34-35, tradução própria).

Igualmente, o Projeto Brasil e África resultou na criação de seminários sobre proteção social realizados na África, promovidos pelo próprio IPC, pela UNFPA, pela ONU Mulheres, pelo PNUD e pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA). Ademais, para identificar os interesses e os desafios enfrentados pelo governo brasileiro e outras instituições em relação à Moçambique no campo da proteção social, foram organizadas reuniões técnicas em Brasília com autoridades nacionais e internacionais e uma série de estudos foram divulgados, como “A reforma da proteção social em Moçambique e a nova estratégia de proteção social básica” (IPC, 2017a, p. 61).

Não obstante, o intercâmbio de conhecimentos entre os dois países do Sul foi realizado por meio de um conjunto de atividades, como a organização de webconferências sobre os aspectos de gênero, da proteção social e o empoderamento de mulheres rurais na África. De modo similar, um dos resultados foi a compreensão dos aprendizados e das necessidades políticas do Brasil e da África, com foco no empoderamento feminino. Para este fim, estudos de casos também foram realizados e divulgados, como a publicação “Proteção social: rumo à igualdade de gênero” (IPC, 2017a, p. 70). Finalmente, vários foram os produtos de conhecimento derivados de análises de gênero da realidade brasileira, que resultou nos seguintes relatórios: “Bolsa Família e relações de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais” e “Bolsa Família e autonomia feminina: O que nos dizem os estudos qualitativos?” (IPC, 2017a, pp. 73-74).

A segunda categoria de resultados da cooperação em questão concerne ao acompanhamento das políticas sociais em Moçambique, à luz da proposta de fortalecer as capacidades institucionais do país. Para tal, formulou-se um curso de monitorização e avaliação (M&A) destinado especialmente à acadêmicos e autoridades políticas moçambicanas. O curso foi estruturado a partir de uma análise das necessidades locais, favorecida por entrevistas concedidas por alguns Ministérios de Moçambique e algumas agências das Nações Unidas que atuam em Maputo. Essas informações foram utilizadas, portanto, para a definição das competências ideais a serem desenvolvidas e da logística organizacional das aulas e atividades didáticas (IPC, 2017b).

Considerando todo o exposto, as entidades parceiras do Projeto Brasil e África reconheceram que, no tocante ao objetivo um, que se refere à ampliação das competências institucionais de Moçambique para lidar com os problemas de gênero,

⁶ Texto original: “Brazil-Africa Knowledge Sharing in Social Protection and Food Security” (IPC, 2017a, p. 35).

os países tiveram êxito em catalogar e disseminar políticas para a eliminação da violência contra as mulheres e 80 pontos focais do governo de Moçambique foram treinados para prestarem atenção e cuidados humanizados à mulheres e adolescentes. Por conseguinte, as partes aliadas concordaram e declararam que houve, com efeito, um aumento da capacidade de Moçambique de oportunizar a igualdade de gênero e o empoderamento feminino (ONU Mulheres e UNFPA, 2017).

No que diz respeito ao objetivo dois, designado a apoiar movimentos femininos, identificou-se que Moçambique foi bem sucedida em estabelecer uma agenda global de mulheres rurais e em empreender ações comunitárias de sensibilização e comunicação sobre a violência de gênero. Enfim, quanto ao objetivo três, alusivo à formulação e implementação de políticas públicas para promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres, confirmou-se que houve uma ampliação das agendas de práticas e programas para o empoderamento feminino e uma expansão da capacidade do governo moçambicano de monitorar os marcos normativos nacionais e internacionais sobre assuntos de gênero (ONU Mulheres e UNFPA, 2017).

Além disso, as instituições brasileiras apresentaram estratégias para aumentar a eficiência dos serviços voltados à mulher, como garantir a confidencialidade e sensibilizar os funcionários. Ainda, as agências de cooperação do país sul-americano foram incorporadas aos arranjos de coordenação intersetorial apresentados no Conselho Nacional para o Avanço da Mulher, uma ferramenta importante para garantir que todos os serviços colem e compartilhem informações sobre os casos, o que futuramente facilitará a unificação de registros administrativos (UNOSSC, 2018).

Por fim, o relatório produzido pelas organizações parceiras sustentou que, uma vez que as iniciativas provenientes do projeto envolveram uma alta quantidade de pessoas⁷, ultrapassando os três dígitos, pode-se considerar que o processo de conscientização e capacitação foi exitoso e, por conseguinte, conquistou potenciais mudanças em prol das mulheres e adolescentes moçambicanas. Assim sendo, a ONU Mulheres e a UNFPA (2017) concluíram que, em resumo, os resultados alcançados por tal projeto apontam para a proficuidade da Cooperação Sul-Sul para a promoção da igualdade de gênero e, conseqüentemente, para a consecução dos objetivos da Agenda 2030.

⁷ UNFPA 2011, 59-60.

Projeto de cooperação Brasil e África para a igualdade de gênero: análise dos resultados

Para compreender, de maneira integral, o impacto do Projeto Brasil e África para Moçambique, é pertinente analisar os resultados obtidos considerando a realidade de gênero do país. Dessa forma, faz-se oportuno iniciar essa seção com a exposição e a avaliação de alguns dados e fatos, como será apresentado a seguir.

Moçambique possui, aproximadamente, 30 milhões de habitantes⁸, segundo a base de dados da Divisão de População do Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais (2019). Desse total, e de acordo com a mesma referência, 15 milhões são mulheres, configurando cerca de 51% da população. Além disso, do total, mais da metade da população moçambicana vive nas zonas rurais, onde os índices de pobreza são significativamente maiores. Conforme dados disponibilizados pelo PNUD, em 2016, segundo ano de vigor do Projeto Brasil e África, 70,2% da população do país viviam em situação de pobreza multidimensional, sem acesso aos serviços básicos de saúde, proteção social e educação (PNUD, 2016).

Nesse marco, em pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estatística de Moçambique em 2011, e divulgada em 2013, o percentual de mulheres casadas que possuem emprego é de 49.5%, contra 97.8% de homens na mesma situação. Desse total, apenas 45.7% das mulheres confirmaram ter controle sobre seus rendimentos, enquanto 61.4% dos homens o tinham. Quanto à posse de bens imóveis, 13.9% de mulheres revelaram ter posse exclusiva da casa e 12.6% informaram ter posse exclusiva da terra. Em contraste, 28% dos homens são possuidores de casa própria e 23.1% são detentores únicos de terra, confirmando a desigualdade em ambas as esferas (INE, 2013).

No que toca a violência de gênero, definida como qualquer tipo de violência praticado devido a estereótipos e papéis atribuídos ou esperados a uma pessoa de acordo com a sua identidade sexual ou de gênero (UNFPA, 2011), 33% das mulheres moçambicanas declararam ter sido vítimas de violência física desde os 15 anos, tendo essa sido, em 70% dos casos, perpetradas pelo atual parceiro ou esposo (INE, 2013). Além disso, o Instituto Nacional de Estatísticas (2013) divulgou que 12% das mulheres afirmaram que foram forçadas a praticar relações sexuais pelo menos uma vez em suas vidas, tendo o autor da violência sido, em 63.6% das vezes, o atual ou ex-namorado das vítimas. Em relação à violência emocional, $\frac{1}{3}$ das mulheres

⁸ O último censo populacional em Moçambique foi realizado em 2007. Assim, neste trabalho, foi utilizada a mensuração da Divisão de População do Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais, que configura uma estimativa (2019).

entrevistadas manifestou ter sofrido algum tipo humilhação, degradação, rebaixamento, controle e ameaças por parte do marido (INE, 2013).

Não obstante, segundo essa base de dados, 22.9% das mulheres consideram justificável o esposo bater na esposa por, pelo menos, uma razão específica, podendo ser essa: queimar a comida (6.4%), discutir com o marido (12.3%), sair de casa sem informar ao marido (8.6%), não tomar conta dos filhos (7.5%), recusar-se a ter relações sexuais com o marido (5.8%), não cuidar bem das crianças (10.3%), entre outras (INE, 2013).

Outro dado interessante para a análise aqui proposta concerne a autonomia das mulheres nas tomadas de decisão. Para avaliar essa variável, o INE (2013) recolheu informações sobre a participação da mulher em três situações: nos cuidados da saúde da mulher, em fazer grandes compras para a família e nas visitas a familiares e amigos. Do total de mulheres respondentes à pesquisa, apenas 49.4% declararam participar de todas as decisões. No que concerne a autonomia masculina, interrogou-se os homens sobre a sua participação em decisões referentes aos cuidados da saúde do homem e à grandes compras para a família. De todos os entrevistados, 85.6% afirmaram ter a última palavra em ambas as situações (INE, 2013).

A partir desses dados, entende-se um pouco sobre a vulnerabilidade social das mulheres moçambicanas em diferentes âmbitos de suas vidas. Assim, pode-se assumir a urgente necessidade do país de ampliar o marco legal em prol dos direitos das mulheres, de tal forma a garantir-lhes uma vida digna, baseada no respeito, na igualdade de oportunidades e na eliminação de todas as formas de discriminação. Portanto, também é possível reconhecer a alta importância do “Projeto Brasil e África: lutar contra a pobreza e empoderar as mulheres via Cooperação Sul-Sul” enquanto plataforma para promover a igualdade de gênero e os direitos das mulheres e, conseqüentemente, o desenvolvimento social em Moçambique.

De acordo com o Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul, desenvolvido pela Agência Brasileira de Cooperação, em 2013, é necessário, para avaliar os resultados de um projeto de cooperação, verificar a eficácia, a eficiência e o potencial de sustentabilidade de tal iniciativa; apreciar a qualidade do planejamento, da gestão, da coordenação e da execução das ações; e, por fim, examinar o que foi aprendido e fornecer recomendações para o aprimoramento da cooperação (ABC, 2013). Essa avaliação pode ser comandada pelas instituições que estiveram diretamente envolvidas em todas as fases do projeto, ou por consultores externos, que a realizarão com base em critérios previamente estabelecidos pelas partes cooperantes (ABC, 2013).

Em relação ao desenho do projeto, deve-se avaliar, essencialmente, o seu nível de coerência e lógica. Isto é, se há clareza na caracterização do problema que é objeto do projeto; se há clareza na definição do escopo do projeto (técnico, estratégico, temporal, material e financeiro); se a identificação dos beneficiários diretos e indiretos, assim como as suas necessidades e expectativas com relação à situação-problema, foi corretamente realizada; e se o desdobramento da ideia principal do projeto ocorreu de acordo com o que foi estruturado (ABC, 2013). No projeto em questão, a partir da análise dos quadros a seguir, pode-se confirmar positivamente o cumprimento de todos esses pré-requisitos:

Quadro 1. Objetivos do Projeto Brasil e África

Objetivos Principais	Objetivos Específicos
Contribuir para o fortalecimento das capacidades institucionais de Moçambique para dar respostas intersectoriais e integradas e enfrentar à violência de gênero.	a. Documentar as boas práticas brasileiras no enfrentamento à violência contra as mulheres; b. Promover a integração e melhoria dos serviços de atenção a adolescentes e mulheres em situação de violência (assistência social, saúde, segurança pública e sistema de justiça) em Moçambique; c. Promover uma abordagem interdisciplinar da saúde, centrada na noção de cuidado para além do atendimento médico; o estímulo à criação e/ou fortalecimento de laços solidários nas famílias e comunidades e a construção de uma perspectiva geracional no atendimento às vítimas.
Apoiar a mobilização social e a participação comunitária, em especial de líderes mulheres, em resposta à violência de gênero e empoderamento econômico das mulheres.	a. Fomento à articulação de mulheres rurais da CPLP.
Promover as capacidades institucionais das autoridades nacionais de Moçambique para a formulação e implementação de políticas públicas e estratégias de promoção da autonomia econômica das mulheres.	a. Compartilhar as boas práticas brasileiras e moçambicanas de promoção do empoderamento econômico das mulheres, com ênfase nas políticas sociais para as mulheres rurais; b. Produzir dados desagregados e realizar estudos sobre a situação socioeconômica e demandas das mulheres; c. Adaptar experiências sobre produção e uso de evidências para subsidiar o planejamento, o monitoramento e a avaliação de políticas; d. Divulgar os resultados da cooperação a níveis bilateral, regional e global, especialmente nos fóruns internacionais de discussão sobre os direitos das mulheres.

294

Fonte: Adaptado de ONU Mulheres e UNFPA (2017, 27-28).

Quadro 2. Atores do Projeto Brasil e África

Partes do Projeto	Orgãos Envolvidos
Governo do Brasil	Ministério das Relações Exteriores – Agência Brasileira de Cooperação e Embaixada do Brasil em Moçambique; Ministério da Saúde; Secretaria de Políticas para Mulheres; Ministério do Desenvolvimento Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Governo de Moçambique	Ministério de Género, Criança e Acção Social; Ministério de Saúde de Moçambique; Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação; Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos; Ministério do Interior; Instituto Nacional de Estatística.
Organismos das Nações Unidas	ONU Mulheres, Fundo de População das Nações Unidas; Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, Nações Unidas; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
Department for International Development -DPID	

Fonte: Adaptado de ONU Mulheres e UNFPA (2017, 22).

Quadro 3. Linha do Tempo do Projeto Brasil e África

Ano	Ações
2015	Fevereiro: Acordo entre agências das Nações Unidas e Reino Unido: Projeto Brasil e África (Brasil). Agosto: Missão moçambicana ao Brasil – aprofundar conhecimento sobre as políticas brasileiras. Dezembro: Missão brasileira em Moçambique: identificar áreas e prioridades de cooperação.
2016	Março: Seminário “Promovendo o empoderamento das mulheres e a igualdade de género no marco da agenda 2030: o papel das parcerias inovadoras entre governos e agências das Nações Unidas” – CSW (Nova York). Maior: Seminário “Transformar Economias, Realizar Direitos: oportunidades e desafios para a igualdade de género”. Agosto/Setembro: Missão Brasileira em Moçambique: curso sobre violência baseada no género e seminário sobre empoderamento económico. Novembro/Dezembro: Seminário e curso em Moçambique sobre violência baseada em género; Campanha Nacional: 16 dias de ativismo sobre a violência praticada contra mulheres (Moçambique); Conferência Nacional sobre Estatísticas.
2017	Abril: Oficina “Organização e luta das mulheres rurais africanas e Países de Língua Portuguesa” (Moçambique). Maior: Seminário de encerramento em Maputo: “Cooperação Brasil-África para o Desenvolvimento”.

Fonte: Adaptado de ONU Mulheres e UNFPA (2017, 24-25).

No que tange o desempenho da cooperação, a ABC (2013) determina que, para avaliar precisamente quais foram os resultados atingidos, é necessário comparar o que se pretendia alcançar com o que foi, de fato, alcançado. Para tal, é requisitado que o projeto disponha de indicadores, metas e linhas de base que estejam relacionados aos objetivos e aos resultados, e permitam a comparação da situação inicial pré-projeto e da situação final pós-projeto (ABC, 2013). Como, para o presente artigo, importa entender os impactos do projeto para Moçambique, seria fundamental contrapor os dados de violência contra a mulher e de autonomia feminina, expostos no início dessa seção, nos momentos antes e depois da vigência do projeto.

No entanto, apesar do projeto ter demonstrado uma trajetória satisfatória no cumprimento das metas estipuladas, promovendo ações e iniciativas compatíveis

com o que foi proposto e com as necessidades de cada país, não foram disponibilizados, pelas partes aliadas nessa cooperação, nenhum tipo de índices ou parâmetros que viabilizam a comparação e comprovam o êxito dos resultados. Contudo, conforme constata os quadros a seguir, elaborados pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC), em 2016 e 2017, o projeto alcançou uma série de produtos relevantes em consequência da realização de diversas atividades multissetoriais.

Quadro 4. Resultado 1 do Projeto Brasil e África

Resultado Principal	Produtos Principais
<p>Produzir conhecimento relacionado às questões de proteção social e gênero, direcionado a formuladores e praticantes de políticas brasileiros e africanos e promover o compartilhamento de conhecimento entre eles, contribuindo com os esforços de redução da pobreza.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compilação de lições aprendidas a partir das experiências da Comunidade de Prática sobre Renda e Transferências Condicionadas de Renda (CoP) da África. 2. Desenvolvimento de materiais de conhecimento sobre programas de proteção social brasileiros. 3. Estudo de mapeamento de políticas/programas africanos inspirados por experiências brasileiras em proteção social, como um exercício para acompanhar como a troca de conhecimentos influenciou a proteção social na África. 4. Seminário sobre proteção social realizado na África. 5. Relatórios/estudos sobre programas de proteção social na África, produzidos para informar formuladores e praticantes de políticas no Brasil. 6. Apoio para visitas de troca de conhecimento Sul-Sul e outras formas de compartilhamento de conhecimento entre o Brasil e a África em matéria de proteção social, como webinars e reuniões virtuais. 7. Compilação de uma lista de lições aprendidas e carências de políticas, com ênfase no empoderamento de mulheres e meninas, aproveitando as experiências da Comunidade de Prática sobre Renda e Transferências Condicionadas de Renda (CoP) da África. 8. Elaboração de materiais sobre a análise sensível ao gênero de experiências brasileiras de proteção social.

296

Fonte: Adaptado de IPC (2017, 29).

Quadro 5. Resultado 2 do Projeto Brasil e África

Resultado Principal	Produtos Principais
<p>Fortalecer as capacidades de monitoramento e avaliação em Moçambique.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Projetar um curso em monitoramento e avaliação, orientado a acadêmicos e formuladores de políticas em Moçambique. 2. Ministrando um curso em monitoramento e avaliação, orientado a acadêmicos e formuladores de políticas em Moçambique.

Fonte: Adaptado de IPC (2016, 35).

Em seguida, a ABC (2013) coloca a eficácia como uma das medidas de avaliação dos resultados. Nesses termos, deve-se averiguar se o que foi planejado, implementado e alcançado estava de acordo com as necessidades das partes da cooperação. Para tal, é possível consultar os beneficiários do projeto para entender qual o seu grau de satisfação em relação ao que foi realizado. Pensando em Moçambique, na página do Ministério de Gênero, Criança e Ação Social, há uma

nota em referência ao Projeto Brasil e África comunicando que “os resultados da cooperação tiveram um impacto valioso” (MGCAS, 2017), o que assegura o contentamento do país nesse sentido.

O próximo ponto apontado pela ABC (2013) como indicativo de sucesso da cooperação, refere-se ao rendimento dos recursos financeiros, materiais, humanos e do tempo aplicados na execução de um projeto, ou seja, de sua eficiência. De acordo com a agência, os dados de eficiência são, geralmente, quantitativos, e demonstram a relação entre a quantidade de insumos empregados e as atividades e resultados alcançados (ABC, 2013). No projeto aqui estudado, a partir dos documentos oficiais divulgados pelas entidades partes da cooperação, não é possível encontrar informações que conferem a sua eficiência. Embora as metas tenham sido atingidas, não sabe-se se os materiais necessários para a implementação do projeto foram alocados corretamente, se a execução financeira correspondeu a previsão orçamentária inicial, nem se o número de atividades planejadas coincidiu com o número de atividades realizadas.

O quinto fator assinalado pela agência, por sua vez, tange a sustentabilidade do projeto de cooperação. Isto é, qual a probabilidade dos benefícios gerados pela iniciativa perdurarem após a sua conclusão (ABC, 2013). No Projeto Brasil e África, como já foi detalhado anteriormente, houve êxito no compartilhamento de conhecimentos multissetoriais entre uma ampla gama de órgãos governamentais brasileiros e moçambicanos, e agências da sociedade civil, podendo ser considerado um recurso-chave para a implementação de capacitação efetiva e direcionada em ambos os países. Assim, é possível inferir que tal cooperação configura-se como uma potencial catalisadora de processos futuros de desenvolvimento em Moçambique.

Ainda, considera-se relevante observar os aspectos operacionais e gerenciais do projeto em questão, a fim de examinar se as atividades foram realizadas conforme o que foi planejado, se foram adotados mecanismos de monitoramento dos resultados, se as informações coletadas durante o processo foram utilizadas adequadamente, se houve mudança de direcionamento, se os riscos foram efetivamente controlados, entre outros (ABC, 2013). Mais uma vez, os documentos disponibilizados pelos membros do projeto não incluem essa especificidade de informações, tornando essa análise árdua. Contudo, observando as diversas atividades realizadas, os seus conteúdos abrangentes, e os muitos resultados e produtos obtidos em sua decorrência, pode-se assumir que o projeto foi acertadamente gerenciado e conduzido.

Finalmente, o último coeficiente de sucesso de um projeto de cooperação compete as lições aprendidas pelas partes com aquela experiência, entendidas como

uma ponderação do que funciona ou o que não funciona naquele domínio (ABC, 2013). Nesse tópico, o documento produzido pela ONU Mulheres e pela UNFPA é bem elucidativo, uma vez que lista uma série de aprendizados resultantes das experiências proporcionadas pelo projeto. Entre eles, são mencionados a importância da CSS para países de rendas alta, média e baixa, por possibilitar múltiplas parcerias; as vantagens que a atuação dos órgãos de Relações Exteriores implicam para as iniciativas internacionais e para as abordagens multissetoriais no nível nacional; e a morosidade do processo de articulação e de instrução dos diversos atores envolvidos sobre o contexto dos países parceiros, advertindo para uma possível dilatação na duração de ações futuras (ONU Mulheres e UNFPA, 2017).

Considerações finais

Desde princípios do século XXI e, pontualmente, a partir do primeiro governo Lula, iniciado em 2003, a África entrou no mapa da diplomacia brasileira como um parceiro promissor em sua investida nas iniciativas de Cooperação Sul-Sul. Além de projetos de cooperação meramente comerciais, econômicos e financeiros, voltados à exportação de serviços, à concessão de empréstimos e ao intercâmbio tecnológico, a CSS também é uma importante ferramenta para a promoção do desenvolvimento social e sustentável, do combate à pobreza e da igualdade de gênero (MRE, s.d).

Em referência à última modalidade supracitada, os governos de Brasil e Moçambique se envolveram, de 2015 a 2017, em um projeto de cooperação que, orientado pelos objetivos da Agenda 2030, visava lutar contra a pobreza e empoderar mulheres e adolescentes. A partir da análise de tal parceria, é possível identificar o estabelecimento de três metas principais que nortearam o desenvolvimento do projeto: o aprimoramento das capacidades técnicas e institucionais das autoridades de Moçambique, a fim de prepará-las para lidar com questões sensíveis relacionadas ao gênero; o fortalecimento de movimentos femininos, assim como da participação das mulheres nas esferas políticas e econômicas; e a formulação e implementação de programas e estratégias direcionados à promoção da autonomia das mulheres e da igualdade de gênero.

À vista disso, e após analisar os resultados e efeitos oriundos desse projeto de cooperação para Moçambique, é possível concluir que, de acordo com as premissas do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (2018), tal iniciativa de cooperação trilateral fomentou abordagens interdisciplinares em nível nacional em ambos os países, renovando o compromisso com a igualdade, estimulando a inovação e identificando lacunas nas políticas públicas e contribuindo, portanto,

para a consecução dos objetivos da Agenda 2030. No entanto, é necessário pontuar que o presente estudo identificou uma debilidade nos processos de monitoramento e avaliação do projeto, uma vez que não foram definidos indicadores e parâmetros que permitam uma análise completa e objetiva das consequências das ações executadas para Moçambique. Apesar dos resultados e produtos registrados terem sido compatíveis aos objetivos iniciais da parceria, e do conteúdo e alcance das atividades oferecidas terem sido extensivos e altamente relevantes para a temática em questão, não foi possível medir, concretamente, a repercussão do projeto nos níveis sociais moçambicanos.

O argumento encerra-se, então, com a sustentação de que o Projeto Brasil e África foi bem-sucedido em criar conhecimento dentro das agências governamentais relevantes, podendo levar à uma melhor formulação de políticas, e em capacitar as organizações da sociedade civil para que sejam capazes de prestar serviços de boa qualidade e para que sejam defensoras e apoiadoras aos temas relacionados à igualdade de gênero. Assim, a cooperação Brasil e Moçambique em áreas de desenvolvimento social pode-se consolidar como um importante instrumento para construir respostas multifacetadas e sustentáveis à problemas comuns, configurando-se como uma metodologia de ação a favor dos direitos humanos, capaz de desenvolver a troca solidária entre nações.

299

Referências

- Abdenur, A., e Danilo, N. (2013). Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento na África. *SUR* 19, 2013. Disponível em <https://sur.conectas.org/cooperacao-brasileira-para-o-desenvolvimento-na-africa/>.
- Agência Brasileira de Cooperação - ABC. (2013). *Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul*. Edição da ABC, Brasília, 2013. Disponível em <http://www.abc.gov.br/api/publicacaoarquivo/46>.
- Agência Brasileira de Cooperação - ABC. (s.d). *ABC, UNFPA, ONU Mulheres e PNUD - Igualdade de gênero: inovações e potencialidades na cooperação Sul-Sul trilateral*. Disponível em <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/1046>.
- Assembleia Geral das Nações Unidas - AGNU. (1979). *Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher*. Disponível em http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf.
- Bambo, T. (2014). *Cooperação Sul-Sul: o acordo Brasil-Moçambique na área de biocombustíveis*. MSc diss., Universidade de São Paulo. Disponível em

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-26052014-111753/fr.php>.

Carvalho, T., e Enara, M. (2016). A Cooperação Sul-Sul Brasileira com a África no campo da alimentação. *Caderno C R H* 29, no. 76, pp. 33-52. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-497920160010100033&lng=pt&tlng=pt.

Divisão de População do Departamento das Nações Unidas. (2019). *World Population Prospects 2019*. Disponível em <https://population.un.org/wpp/Download/Standard/Population/>.

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul - UNOSSC. (2018). *Good Practices in South-South and Triangular Cooperation for Sustainable Development - Volume 2*. Disponível em <https://www.unsouthsouth.org/2018/09/12/good-practices-in-south-south-and-triangular-cooperation-for-sustainable-development-vol-2-2018/>.

International Policy Centre for Inclusive Growth - IPC. (2017a). *Progress report on the implementation of outcome 1 of the project Brazil & Africa: fighting poverty and empowering women via South-South Cooperation*. Disponível em https://ipcig.org/pub/eng/Progress_Report_Brazil_Africa.pdf.

International Policy Centre for Inclusive Growth - IPC. (2017b). *Progress report on the implementation of outcome 2 of the project Brazil & Africa: fighting poverty and empowering women via South-South Cooperation*. Disponível em https://ipcig.org/pub/eng/EN_Outcome_2_Progress_Report_Brazil_Africa.pdf.

International Policy Centre for Inclusive Growth - IPC. (2016). *Relatório de Atividades 2016*. Disponível em https://www.ipc-undp.org/pub/port/IPC-IG_Relatorio_de_Atividades_2016.pdf.

International Policy Centre for Inclusive Growth - IPC. (2017c). *Relatório de Atividades 2017*. Disponível em https://www.ipc-undp.org/pub/port/IPC-IG_Relatorio_de_Atividades_2017.pdf.

Instituto Nacional de Estatística - INE. (2014). *Caderno de Informação Rápida 2014*. http://www.ine.gov.mz/estatisticas/publicacoes/copy_of_caderno-de-informacao-rapida/caderno-de-informacao-rapida-2014/at_download/file.

Instituto Nacional de Estatística - INE. (2013). *Inquérito Demográfico e de Saúde 2011*. Disponível em <https://dhsprogram.com/pubs/pdf/FR266/FR266.pdf>.

Instituto Nacional de Estatística - INE. (2015). *Mulheres e Homens em Moçambique 2015*. Disponível em http://www.ine.gov.mz/estatisticas/publicacoes/mulheres-e-homens/mulheres-e-homens_2015.pdf/at_download/file.

- Leite, A., e Sousa, M. E. (2015). O continente africano na política externa do governo Lula (2003-2010): comércio, cooperação e política. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 4. no. 7, pp. 45-68. Disponível em <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/viewFile/4001/2271>.
- Lo Brutto, G., Martín, R., Surasky, J. (2019). *La Constelación del Sur: lecturas histórico críticas de la cooperación sur-sur*. Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades.
- Maciel, T. M. (2010). Cooperação Sul-Sul e desenvolvimento socioeconômico: o caso Caixa Econômica Federal. Disponível em http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109261253370.LivroCAIXA_T_0_055.pdf
- Milani, C. R. S., e Carvalho, T. C. O. (2013). Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano. *Estudos Internacionais*, v. 1, no. 1, pp. 11-35. Disponível em <https://carlosmilani.files.wordpress.com/2013/08/5158-20140-1-pb.pdf>
- Ministério das Relações Exteriores - MRE. (s.d). *Cooperação Técnica*. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/cooperacao/3686-cooperacao-tecnica>.
- Ministério de Gênero, Criança e Ação Social - MGCAS. (2017). *Consultoras brasileiras despedem-se do MGCAS*. Disponível em <http://www.mgcas.gov.mz/st/Site/FrontOffice/default.aspx?module=article/article&id=3051&idseccao=25>.
- Muñoz, E. (2016). A Cooperação Sul-Sul do Brasil com a África. *Caderno C R H* 29, no. 76, pp. 9-12. <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v29n76/0103-4979-ccrh-29-76-0009.pdf>.
- Nações Unidas Brasil. (2015). *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>.
- ONU Mulheres. (2017). *Brasil e Moçambique concluem projeto de cooperação Sul-Sul sobre gênero no centro do desenvolvimento sustentável*. <http://www.onumulheres.org.br/noticias/brasil-e-mocambique-concluem-projeto-de-cooperacao-sul-sul-sobre-genero-no-centro-do-desenvolvimento-sustentavel/>. Ac. Julho, 19, 2019.
- ONU Mulheres. (1995). *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher*. Disponível em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf.

- ONU Mulheres e UNFPA. (2017). *Projeto Brasil e África - Igualdade de gênero: inovações e potencialidades na Cooperação Sul-Sul Trilateral*. <http://unfpa.org.br/Arquivos/cooperacao-igualdade-genero.pdf>.
- Prates, B. J. et al. (2016). O governo FHC e o governo Lula: uma comparação das políticas de defesa e das políticas externas. *Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais*, v. 4, no. 7, pp. 62-84. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ricri/article/view/28426>
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD. (2016). *Informe sobre Desarrollo Humano 2016*. Disponível em https://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/HDR/HDR2016/HDR_2016_report_spanish_web.pdf.
- Santos, R. F, e Cerqueira, M. R. (2015). Cooperação Sul-Sul: experiências brasileiras na América do Sul e na África. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 22, no. 1, pp. 23-47. Disponível em https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v22n1/pt_0104-5970-hcsm-22-01-00023.pdf
- Saraiva, M. G. (2014). Balanço da Política Externa de Dilma Rousseff: Perspectivas Futuras? *Relações Internacionais*, n. 44, pp. 25-35.
- Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos. (2017). *Em Moçambique, mulheres reúnem-se para a igualdade de gênero no campo*. <http://www.esedh.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=266>.
- União Parlamentar. (2019). *Women in National Parliaments*. Disponível em <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>.
- UNICEF. (s.d.). *Monitoring and Evaluating Advocacy*. Disponível em https://www.unicef.org/evaluation/files/Advocacy_Toolkit_Companion.pdf.
- United Nations Population Fund, UNFPA. (2011). *UNFPA Strategy and Framework for Action to Addressing Gender-based Violence*. Disponível em https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/2009_add_gen_vio.pdf.
- Vigevani, T., e Cepaluni, G. (2007) A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, v. 29, n. 2, pp. 273-335, 2007.
- Vizentini, P. F. (2005) De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005). *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 5, n. 2, pp. 381-397. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9/1602>.